



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

**ANÁLISE DESCRITIVA AO MICROFINANCIAMENTO NA ÁREA DA
PESCA NA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE**

**Realizado por | Elizângela do Espírito Sousa Barros Neto
Fernandes**

Orientado por | Prof.^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix

Mestrado em Gestão

Área de Especialização | Finanças

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

**ANÁLISE DESCRITIVA AO MICROFINANCIAMENTO NA ÁREA DA
PESCA NA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE**

**Realizado por | Elizângela do Espírito Sousa Barros Neto
Fernandes**

Orientado por | Prof.^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix

Mestrado em Gestão

Área de Especialização | Finanças

Dissertação

Évora, 2019

Constituição do Júri:

Presidente: Prof^a Doutora Marta da Conceição Soares da Silva Cruz
Silvério (U.E.)

Arguente: Prof. Doutor Luís Alberto Godinho Coelho (U.E.)

Orientadora: Prof^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix Amado (U.E.)

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família em especial ao meu Marido, aos meus Filhos, aos meus Pais e aos meus irmãos, por estarem sempre presentes nestes momentos da minha vida, dando-me muita força e coragem para caminhar.

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original... (Albert Einstein).

Análise descritiva ao microfinanciamento na área da pesca na comunidade de Porto Alegre

Resumo

São Tomé e Príncipe é uma pequena economia insular onde, historicamente, o sector da agricultura tem tido um bom desempenho, com as exportações de cacau, café e óleo de palma a crescerem nos últimos anos. Mas estas exportações não compensam o aumento das importações. O turismo é uma atividade que tem vindo a crescer. Este país tem recorrido ao financiamento internacional para projetos de microfinanciamento de apoio ao desenvolvimento económico e melhoria das condições de vida da população.

Este trabalho pretende analisar o efeito do Microfinanciamento sobre o desenvolvimento socioeconómico e melhoria de vida da população de Porto Alegre. Tendo sido realizadas entrevistas, e questionários, a 50 palaiês dessa região.

Pela análise descritiva aos resultados, concluiu-se que o microfinanciamento é uma das soluções mais viável para as palaiês e pescadores e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da comunidade de Porto Alegre (onde a maioria dos residentes pertence à actividade piscatória).

Palavras-chave: Microfinanciamento, Desenvolvimento da Pesca, Porto Alegre – São Tomé e Príncipe.

Descriptive analysis of microfinance in the fishing area in the community of Porto Alegre

Abstract

São Tomé and Príncipe is a small island economy where, historically, the agriculture sector has had a good performance, with exports of cocoa, coffee and palm oil to grow in recent years. But these exports do not compensate for the increase in imports. Tourism is an activity that has been growing. This country has resorted to international funding for microfinance projects supporting economic development and improving the living conditions of the population.

This study intends to analyze the effect of Microfinance on socio-economic development and life improvement of the population of Porto Alegre. Interviews and questionnaires were carried out at 50 palaiês in this region.

By descriptive analysis of the results, it was concluded that microfinance is one of the most viable solutions for the palaiês and fishermen and, consequently, for the development of the community of Porto Alegre (where most residents belong to fishing activity).

Keywords: Microfinance, Fisheries Development, Porto Alegre - Sao Tome and Principe.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelas maravilhas que Ele operou e tem operado na minha vida e pela força, coragem e iluminação de todos os meus passos e projectos.

Em segundo lugar, agradeço à minha mãe Maria do Espíritoe meu pai Manuel de Araújo de Sousa Barros, por terem-me gerado, educado e preparado para vida. Agradeço também à minha família, em especial ao meu marido Anylton Viegas d'Abreu Neto Fernandes e aos meus amados filhos Eliany Tereza Barros Neto Fernandes e Elton Naylton Barros Neto Fernandes, por fazerem parte da minha vida quotidiana e pelo apoio e encorajamento, sobretudo, nesta etapa.

Aos meus irmãos Alter Batista de Sousa, Faustina Barros e Eliseu Barros, bem como aos meus sobrinhos Paulo Emanuel D'Alva, Elizângela D'Alva e Eliete Patrícia D'Alva, o meu muito obrigado pelo prestimoso apoio.

À minha sogra, Julieta Fernandes, às minhas amigas Elsa Viana e Kendra Fernandes, ao meu chefe Engenheiro David Santos, os meus sinceros agradecimentos.

Não podia deixar de agradecer à minha orientadora Prof^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix, que muito contribuiu para que esta dissertação se tornasse uma realidade. Aproveito o ensejo, para agradecer à Universidade de Évora, pela oportunidade criada. Um particular e especial agradecimento à Prof^a Doutora Marta Silvério, pelo apoio e motivação dados para que eu pudesse finalizar o meu trabalho.

ÍNDICE

Índice de Anexos	9
Índice de Figuras	10
Índice de Quadros	11
Índice de Tabelas.....	12
Listagem de Siglas	13
1 - INTRODUÇÃO	14
1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha	14
1.2 Formulação do Problema e dos Objectivos	16
1.3 Metodologia	16
1.4 Estrutura do Trabalho	16
2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
2.1 Microfinanças.....	18
2.2 Conceito de Microcrédito.....	19
2.3 A importância do Microcrédito no financiamento ao Micronegócio	22
2.4 Microcrédito e a sustentabilidade	24
2.5 A actividade piscatória e suas especificidades.....	25
3 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	31

3.1	Objectivos.....	31
3.2	Pesquisa exploratória e Recolha de Dados	31
3.3	População em estudo.....	33
3.4	Trabalho de campo.....	33
3.5	Tratamento e Análise dos Dados	33
4	- ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1	Caracterização da Actividade Piscatória de Porto Alegre	34
4.1.1	Caracterização do Distrito de CAUÉ	34
4.1.2	Caracterização da Comunidade de Porto Alegre	36
4.1.3	Caracterização das Instituições/Associações de Porto Alegre	37
4.2	Caracterização das palaiês e do seu negócio	39
4.3	Microcrédito e financiamento.....	43
4.4	Desenvolvimento do negócio.....	44
4.5	Capacitação dos recursos humanos.....	46
5	- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
5.1	Conclusões.....	48
5.2	Limitações da Investigação	48
5.3	Futuras investigações.....	49
	BIBLIOGRAFIA.....	50

ANEXOS i

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo nº 1: Guião da Entrevista	i
Anexo nº 2: Questionário.....	ii

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1: Mercado de peixe na localidade de Santana e construção de nova sede da Direcção das Pescas	26
Figura nº 2: Formação e qualificação de conservação de pescado em STP	27
Figura nº 3: Faixa etária dos inquiridos.....	40
Figura nº 4: Rendimento médio mensal	41
Figura nº 5: Controlo do registo de venda.....	42
Figura nº 6: Controlo de registo das compras	42
Figura nº 7: Razão do investimento.....	43

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1: O Alcance do microcrédito a nível mundial (2005).....	23
Quadro nº 2: Duas estimativas da estrutura das microfinanças mundiais, 1998 e 2001. ..	24
Quadro nº 3: Indicadores sociodemográficos do Distrito de Caué em 2012	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1: Negócio / Tempo de actividade / Nível de escolaridade.....	41
Tabela n.º 2: Possui colaborador	43
Tabela n.º 3: Acesso ao crédito.....	44
Tabela n.º 4: Registo e venda.....	45
Tabela n.º 5: Necessidade para desenvolver o negócio	46
Tabela n.º 6: Formação/ Capacitação	46

LISTAGEM DE SIGLAS

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

COAPPA - Cooperativa Agro-Pecuária de Porto Alegre

FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

IMF - Instituições de Micro Finanças

INE - Instituto Nacional de Estatística

ONU - Organização das Nações Unidas

PRIASA - Projeto de Restruturação de Infrastrura de Apoio a Segurança Alimentar

RDSTP - República Democrática de São Tomé e Príncipe

STP- São Tomé e Príncipe

UNICEF-*United Nations International Children’s Emergency Fund*

1 - INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura estudar o microfinanciamento na área pesqueira na comunidade de Porto Alegre. Para concretização da mesma recorreu-se a uma revisão bibliográfica com base nos temas de microfinanças, microcrédito, micro negócio e sustentabilidade e a um estudo junto das palaiês (peixeiras) da comunidade de Porto Alegre (São Tomé e Príncipe) que receberam financiamento através do microcrédito.

1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) antiga colónia portuguesa é um pequeno Estado insular, de pequena dimensão terrestre (1001Km²) formado por duas ilhas situado na costa ocidental do continente africano, ao largo do Golfo da Guiné. O arquipélago, resultante de actividade vulcânica, é muito acidentado e montanhoso. Possui clima tropical húmido com duas estações, a estação de chuva que ocorre entre Setembro a Junho e uma estação seca denominada “gravana” entre Julho e Agosto. Com uma população aproximadamente de 194.006 habitantes apresenta como principal actividade económica a agricultura e a pesca. O país dispõe de um território marítimo equivalente a 160.000 Km², ao abrigo do acordo bilateral a zona do alto mar tem sido explorada pelos operadores estrangeiros da pesca industrial e pelo sector petrolífero ainda na fase inicial.

São Tomé e Príncipe (STP) é uma pequena economia insular sem uma única actividade económica que sirva de motor de crescimento.

A economia de STP assenta na agricultura, na pesca, no comércio, nalgumas unidades transformadoras e no turismo. Historicamente, o sector da agricultura tem tido um bom desempenho, com as exportações de cacau, café e óleo de palma a crescerem nos últimos anos. O turismo tornou-se numa actividade importante e está em crescimento, mas não consegue suportar o crescimento de toda a economia.

A pesca desempenha um papel importante na alimentação, na criação de emprego, no rendimento familiar e é a principal actividade das comunidades costeiras do arquipélago, constituindo um grande potencial para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

A pesca artesanal chega a ocupar 15% da população activa, estima-se em 30.000 o número de pessoas que, de uma forma indirecta, vive da pesca (Direcção das Pescas, 2015).

A contribuição do sector pesqueiro para o PIB é modesta e tem vindo a diminuir, tendo representado em 2002 apenas 2% do PIB contra os 4% atingidos no início da década de 90 (excluindo os recursos provenientes de licenças emitidas ao abrigo de acordos de pesca,

particularmente de atum, celebrados com a União Europeia e outros países) (Associação Industrial Portuguesa; Logistel, SA, 2004).

O Estado tem um peso muito significativo na economia, embora nos últimos anos tivessem existido diversos projectos financiados pelos parceiros, e pelo próprio Governo, com o objectivo de diversificar a economia e proporcionar aos indivíduos rendimentos que contribuíssem para a melhoria das condições das suas vidas e, conseqüentemente, da comunidade envolvente.

Assim, o País tem recorrido a financiamento internacional para financiar projectos de microfinanciamento para apoio ao desenvolvimento económico, bem como melhoria das condições de vida da população. Estes financiamentos têm surgido de organizações como BAD, FAO, Fundo das Nações Unidas, entre outros, sendo postos à disposição do País, contudo o nível de incidência da pobreza ainda é elevado.

De acordo com Caldas (2003, p. 3) “Um sistema de microfinanças pode prover os cidadãos diversos serviços financeiros, de entre os quais empréstimos, poupança e seguros”.

Segundo Sebrae (2008) define-se o microcrédito como uma modalidade de financiamento que procura permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Utiliza uma metodologia própria voltada para o perfil e para as necessidades dos empreendedores, estimulando as actividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, o que gera ocupação, emprego e rendimento.

Nesta mesma visão Berger, Goldmark & Miller (2007) caracteriza as microfinanças como os serviços financeiros destinados principalmente às microempresas, seus proprietários/operadores e seus empregadores.

É importante compreender que o termo (Berger, Goldmark, & Miller, 2007)“microempresa” define-se no sentido amplo: inclui actividades económicas independentes, que podem abarcar desde vendedores de laranjas no seu posto até os pequenos pescadores.

Ao estudar-se o sistema de microfinanciamento na área de pesca na comunidade de Porto Alegre procura-se mostrar ao Governo, às instituições financeiras e a outros possíveis financiadores, que o microfinanciamento na área de pesca é viável e que os pescadores e as palaiês precisam desse apoio. Espera-se, desta forma, que as entidades financiadoras aproveitem as informações que serão evidenciadas neste trabalho de investigação e que, as mesmas, sirvam para dinamizar o mecanismo de microfinanciamento não só na comunidade de Porto Alegre, mas também noutras comunidades do País.

1.2 Formulação do Problema e dos Objectivos

Pretende-se com esta dissertação compreender o efeito na situação socioeconómica da população que beneficiou de financiamento pela via microcrédito, ou seja, o problema em estudo consiste em “Será que o Microfinanciamento tem efeito na melhoria de vida dos beneficiários do financiamento?”.

Desta forma, o objectivo principal da investigação é estudar o microfinanciamento na área pesqueira na comunidade de Porto Alegre. Assim, são identificados os seguintes objectivos específicos:

- (i) Caracterizar a população beneficiária de microfinanciamento;
- (ii) Identificar o tipo de microfinanciamento e suas finalidades;
- (iii) Identificar o tipo de formações realizadas e as necessidades futuras de formação;
- (iv) Perceber se o crédito é uma variável indispensável para o desenvolvimento do negócio.

1.3 Metodologia

A metodologia utilizada para o trabalho de investigação baseia-se em três momentos fundamentais, sendo:

- 1- Pesquisa exploratória baseada na revisão bibliográfica permitindo, assim, enquadrar o tema em estudo, recorrendo a livros e artigos científicos, a dissertações, a teses e a estudos e relatórios sobre a actividade piscatória em São Tomé e Príncipe. Por outro lado, esta revisão irá permitir construir os dois instrumentos de recolha de dados a serem aplicados na segunda fase deste trabalho.
- 2- Entrevistas semiestruturadas a realizar junto de indivíduos conhecedores da actividade piscatória.
- 3- Aplicação de questionários às vendedoras de peixes (palaiês) na localidade de Porto Alegre.
- 4- Estatística descritiva e análise gráfica.

1.4 Estrutura do Trabalho

O Trabalho de investigação baseou-se em cinco capítulos fundamentais com vista aos objectivos preconizados:

- a) Introdução: Fez-se uma abordagem do tema em questão e a motivação da sua escolha, apresentou-se os objectivos pretendidos e a metodologia usada para a elaboração do trabalho de investigação;
- b) Revisão da literatura: Apresentou-se o conceito do microcrédito e microfinanças, importância do microcrédito no financiamento ao micro negócio, microcrédito e a sustentabilidade e actividade piscatória e suas especificidades;
- c) Metodologia: Após a identificação dos objectos a serem analisados, fez-se a recolha de dados com base em questionários e entrevistas e avaliou-se o impacto do microcrédito com base nos métodos de avaliação de impacto pretendidos;
- d) Análise dos resultados: Apresentou-se e discutiu-se os resultados obtidos com base nos métodos de avaliação do impacto.
- e) Considerações finais: Neste ponto apresenta-se as conclusões obtidas com o estudo, as limitações do mesmo e os possíveis desenvolvimentos futuros.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Microfinanças

Segundo Morduch (1999), Brau e Woller (2004) e Vicente (2002), as microfinanças consistem na prestação de serviços financeiros aos mais desfavorecidos permitindo a estes gerar rendimentos, iniciar ou desenvolver pequenos negócios, além de incentivarem programas de poupança, devendo ter sempre presente a sustentabilidade financeira, quer dos clientes, quer das próprias instituições de microfinanças.

Somavia (2007) define microfinanças como prestação de serviços financeiros destinados aos mais carenciados permitindo gerar benefícios, bem como permite começar ou desenvolver negócios, impulsionando programas de poupanças e combater a situação de extrema pobreza.

Por outro lado, Littlefiel, Morduch e Hashemi (2003) complementam que as microfinanças são vistas como instrumentos importantes para atingir os objectivos definidos para desenvolvimento do milénio. As pessoas desfavorecidas usam microfinanças para sua actividade económica assim como na saúde, na educação e, sobretudo, nas necessidades quotidianas.

Para Meyer (2002) os objectivos das microfinanças podem ser resumidos da seguinte forma:

- ✓ O alcance - oferta de produtos financeiros à população de baixo rendimento;
- ✓ O impacto - melhorar a qualidade de vida pela redução da pobreza;
- ✓ A sustentabilidade - deverá ser capaz de servir a população com menos rendimentos sem colocar em causa a saúde financeira das organizações de microfinanças.

Assim, nas análises financeiras das instituições de crédito é comum verificar-se o custo por unidade monetária emprestada ou por cada operação de empréstimo (Ledgerwood, 2000). Deste modo, pretende-se avaliar o custo que é gerado internamente na actividade (*inputs*) por cada unidade monetária emprestada ou por cada operação de empréstimo (*output*). Esta análise destaca a relação entre a capacidade para aumentar os rendimentos gerados com a capacidade para garantir um uso mais eficiente dos recursos financeiros utilizados. Na prática, está-se a calcular um indicador de eficiência da actividade, sendo um dos critérios mais usados para comparar o desempenho financeiro ao longo do tempo das instituições de microfinanças (Ledgerwood, 2000).

A título de exemplo, os critérios de avaliação do desempenho das instituições de microfinanças utilizados por entidades especializadas como a Microrate, a Mix, o CGAP e a Planet Rating, incluem, com algumas variações, indicadores de rendibilidade, eficiência, risco de inculpabilidade de créditos a receber e de alcance social, destacando-se o número de mutuários, o peso das mulheres nos financiamentos concedidos e os montantes de cada operação realizada - quanto menor é o valor maior a incidência sobre clientes desfavorecidos sem capacidade para prestarem garantias colaterais (Psico, 2010).

De acordo com a ONU¹ as microfinanças apresentam várias vertentes enquanto que o microcrédito é visto como uma pequena quantia de dinheiro disponível para os mais desfavorecidos e muitas vezes sem garantias de retorno.

2.2 Conceito de Microcrédito

O microcrédito é considerado como a experiência mais utilizada e divulgada de microfinanças em todo o mundo. Essa actividade é definida, no contexto das microfinanças, como aquela que se dedica a prestar serviços exclusivamente a empreendedores ou empresas de reduzida dimensão, diferenciando-se dos demais tipos de actividades microfinanceiras adoptadas para as operações de crédito tradicionais (Soares, 2007). Por outras palavras, pode-se dizer que microcrédito é a execução de micro empréstimos financeiros feitos aos pobres ao fim de torná-los auto empregados, tendo como objectivo a redução de pobreza. As microfinanças consistem no fornecimento aos mais desfavorecidos de serviços financeiros adequadas às suas necessidades, fazem parte destes serviços micro empréstimos, micro seguro, micro poupanças, etc. (Silva, 2002). O microcrédito é, assim, um dos instrumentos das microfinanças.

A primeira manifestação do microcrédito produtivo aconteceu no sul da Alemanha em 1846 por uma Associação de pão. A referida associação foi fundada por um pastor que se chamava Raiffeisen, após um rigoroso inverno o pastor viu que os fazendeiros locais se encontravam endividados e resolveu ajudá-los concedendo-lhes farinha de trigo, de forma a permitir a fabricação e comercialização de pão e, assim, os fazendeiros conseguissem obter fundo de maneio. Com o passar do tempo a associação desenvolveu-se e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população mais necessitada (Schreiber, 2009).

O microcrédito é a concessão de um crédito financeiro de pequeno montante, as camadas desfavorecidas da população sem possibilidade de realizarem um crédito bancário tradicional. O requerente de um empréstimo apoia-se num grupo de pessoas que não são

¹<http://www.un.org/>

familiares e que têm características idênticas. O grupo avalia e aprova o pedido de empréstimo individual e responsabiliza-se em fazer cumprir o reembolso do crédito, ou seja, caso um dos elementos do grupo tiver dificuldades em reembolsar o valor emprestado, o grupo ajuda-o (Yunus M. , 2008).

A expressão microcrédito surgiu com o Professor Muhammad Yunus em 1976, quando o mesmo iniciou uma experiência no Bangladesh tendo emprestado o seu próprio dinheiro, a famílias desfavorecidas de produtores rurais, particularmente às mulheres. A experiência foi satisfatória e fez com que ele expandisse essa actividade com meios de terceiros (Yunus & Jolis, 2000).

A evolução do microcrédito como ferramenta que permite aos mais desfavorecidos o acesso a serviços financeiros de crédito é associado ao esforço de Yunus e à instituição financeira que este criou - o *Grameen Bank* (Nieto, 2005). A comunidade internacional reconheceu o trabalho do *GrameenBank* e do seu criador no papel do combate à pobreza, homenageando-o em dois eventos sendo o primeiro em 2005 que foi designado pelas Nações Unidas como sendo o ano Internacional do microcrédito e em 2006 com a atribuição do Prémio Nobel da Paz.

Desde os anos 70 que alguns autores vêm apontando a existência de instituições e programas que também contribuíram para divulgação e desenvolvimento do microcrédito sendo elas: FINCA International, na Bolívia; a fundação AghaKan, no Paquistão; ACCION International, no Brasil; e, Bank Rakyat, na Indonésia; entre outras.

Muitas instituições de microfinanças optam por desenvolver financiamentos direccionados para as mulheres à semelhança dos bancos pioneiros – Grameen Bank e Banco Sol. O FINCA, o Women’s World Banking, a ONG Pro Mujer, são instituições de microfinanças que se dedicam exclusivamente às mulheres. Um estudo recente mostra que 80% da clientela das 34 maiores financiadoras de microcrédito no mundo são as mulheres (Mody, 2000).

Não obstante, os autores Von Pischke (2002) e Morduch (1999) indicam antecessores do microcrédito, nos países em desenvolvimento, os programas de crédito de apoio à pequena exploração agrícolas. As Instituições financeiras de desenvolvimento que assumiram diferentes formas, nomeadamente bancos rurais privados, cooperativas e bancos especializados de desenvolvimento foram criadas a partir dos anos 30 (Nieto, 2005).

Muitas das instituições de crédito convencionais assumem como muito arriscadas e pouco rentáveis as operações com populações desfavorecidas, porque acham que estas não têm garantias reais para apresentar um plano de negócios formal que sustente um pedido de crédito para investimento num negócio, nem possuem histórias de referência no banco. Este

tipo de financiamento aumenta a reduzida dimensão dos negócios, o que não justifica os custos operacionais associados (Niето, 2006).

As instituições de microcrédito desempenham um papel muito importante na sociedade, garantem a sobrevivência e o crescimento de micro negócios constituindo na maioria das vezes a única fonte de crédito desses negócios (Cavalcante, 2002).

Yunus e Jolis (2005, p. 56) afirmam que “por intermédio do microcrédito, possibilita-se o desenvolvimento económico e social com a mudança do *status* económico da população que vive à margem da sociedade”.

Para Sen, citado por Moura *et al.* (2009), o microcrédito é uma das ferramentas económicas que ajuda a diminuir os riscos e a volatilidade de rendimento porque prevê bases para consolidar os activos físicos e financeiros. O autor alerta que o centro do microcrédito é o crescimento de pequenos empreendedores e proprietários de pequenas unidades produtivas.

Por revelar uma ajuda potencial para variação de fontes de rendimento e obtenção de activos (Robinson, 2001; e, Parente, 2002) o microcrédito proporciona às famílias desfavorecidas perspectivas de diminuição do risco. Rhyne e Christen (1999), Wright e Staw (1999), Von Pischke (2002), Barnes (2001) e Lucas (1988) asseguram que o microcrédito apresenta uma importante contribuição económica para o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas, tendo em vista que quanto maior for o empreendimento, maior será a contribuição e a importância da injeção de capital na sua produtividade.

O microcrédito, por ser menos burocrático, promove mudanças económicas locais ao desenvolver novos mercados e multiplicar os que já existem, reforça a livre iniciativa das pessoas em empreender, absorve força de trabalho e investe nas zonas periféricas (Feldman & Audretsch, 1999).

Segundo o SEBRAE (2008) o microcrédito consiste numa modalidade de financiamento que permite o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Apresentando uma metodologia direccionada para o perfil e as necessidades dos empreendedores, estimulando, assim, as actividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, o que gera ocupação, emprego e rendimento.

Barone, Lima e Dantas (2002, p. 11) definiram microcrédito “como concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não oferecerem garantias reais”. É um crédito destinado à produção (investimento em capital circulante e investimento em capital fixo) e é concedido por via de uma metodologia específica. Por outras palavras, o microcrédito refere-se aos pequenos empréstimos destinado aos indivíduos não assalariados com poucas ou nenhuma garantias, oferecidos por instituições legalmente registadas. É de

realçar que, o crédito ao consumo previsto para os trabalhadores assalariados, com base na pontuação de crédito automático, não é incluído na definição do microcrédito.

Snow e Buss (2001) consideram que o microcrédito surge com intuito de rectificar os fracassos do mercado e do Estado. De acordo com Rallens e Ghazanfar (2006) o microcrédito permite emprestar pequenas quantias monetárias às pessoas desfavorecidas, sem possibilidade de trocas, baseando-se na confiança, sendo, por isso, visto como uma alternativa aos serviços dos bancos comerciais.

Para os autores, o microcrédito permite dinamizar os empreendedores e melhorar a situação socioeconómica dos indivíduos e famílias mais pobres. Por outro lado, estimula as capacidades empreendedoras dos indivíduos com fracos recursos, permitindo, assim, a promoção do próprio emprego (Alves, 2006).

2.3 A importância do Microcrédito no financiamento ao Micronegócio

Considera-se o microcrédito como um método de combate à pobreza com objectivo de combater o desequilíbrio social e do mercado de capital (Snow & Buss, 2001). De acordo Sen (2000), a exclusão social delimita oportunidades do desenvolvimento dos indivíduos e o autor explica que varias exclusões sociais são originadas pela vergonha que os indivíduos têm, pela legislação do país, sobretudo, pela falta de apoio estatal, assim, como de meios financeiros.

Os indivíduos com poucas possibilidades de acesso ao crédito dos bancos comerciais vêm-se na necessidade de recorrerem aos outros credores como por exemplo familiares ou conhecidos (Bolnick, 1992).

Para Hudon (2009) o crédito é importante para o bem-estar de muitos cidadãos e Yunus e Jolis (2005) afirmam que o acesso ao crédito deve ser um direito e que todos devem ter as mesmas oportunidades não permitindo a exclusão social.

Segundo Quick (2003, p.26) “o microcrédito surge como um factor gerador de emprego e de rendimento para as pessoas com fraco recurso, pois, além de financiar pequenos empreendimentos formais, também permite e fornece, as condições necessárias àquelas pessoas que não possuem quase nenhum recurso financeiro”. O microcrédito tem por finalidade impulsionar o início do negócio para as pessoas que conhecem e têm vontade de desenvolver alguma actividade económica. Por mais simples que seja a actividade – artesanato, costura, doces caseiros, pães, vendedores ambulantes, dentre outras - esta contribui para a criação do seu próprio emprego. Uma vez que esta actividade, formal ou informal, é tida como uma fonte de rendimento alternativa. Desta forma, o microcrédito

permite colmatar as necessidades financeiras, a um custo relativamente baixo, para aqueles que não têm acesso aos sistemas convencionais de crédito.

As diversas experiências de microcrédito têm demonstrado, ao longo dos tempos, que este sistema permite criar emprego, o que permite promover o desenvolvimento local e, conseqüentemente, leva ao desenvolvimento económico, cultural e social. Em última instância, promove o bem-estar às pessoas melhorando em muito a qualidade de vida local.

Em 1997 já existiam mais de 2000 instituições de microcrédito que beneficiavam 7.6 milhões de pessoas, sendo 5 milhões delas no Bangladesh. No mesmo ano reuniu-se em Washington a primeira cúpula mundial sobre microcrédito, onde foi fixado o objectivo do microcrédito no mundo. Em 2003, já existiam 2.572 programas de microcrédito no mundo que beneficiavam 67.606.080 pessoas (Tabela 1). Em 2005, provavelmente, mais de 100 milhões de pessoas já beneficiaram do microcrédito (Nieto, 2005; e, Schreiber, 2009).

Quadro nº 1: O Alcance do microcrédito a nível mundial (2005).

Região	Programas	Clientes	Clientes mais pobres	Clientes mais pobres mulheres
África	811	5.761.763	4.202.280	2.611.650
Asia	1377	59.632.098	36.304.269	29.423.010
América Latina e Caribe	246	1.942.055	976.396	589.405
Medio Oriente	23	83.047	37.600	12.282
América do Norte	47	47.013	22.469	12.450
Europa	68	140.100	51.764	28.283
TOTAL	2572	67.606.080	41.594.778	32.677.080

Fonte: Nieto (2005)

Mosley e Rock (2004) fazem uma análise comparativa do microcrédito em Ásia, América Latina, Europa de Leste e África Subsariana e referem que apenas 3% a 6% dos clientes dos microcréditos e encontram no continente Africano sendo o seu desempenho bastante deficitário. Na mesma óptica de comparação, constatou-se que na África Subsariana a percentagem das mulheres que participam nos projectos de microcrédito é superior em relação a América Latina e a Europa de Leste, de acordo com a apresentação que se segue (tabela 2).

Quadro nº 2: Duas estimativas da estrutura das microfinanças mundiais, 1998 e 2001.

Fonte	Número de clientes (milhões)		Dimensão média do empréstimo (\$)		% Mutuárias mulheres
	MBB	CSFI	MBB	CSFI	MBB
	amostra de 56 instituições membros (dados de 2001)	“estimação irregular” para 7000 instituições (dados de 1998)			
Todas as IMFs	4,3	16,2	466	350	62,2
Europa de Leste			1154		49,8
América Latina	0,4	1,5	593	510	63,2
“Ásia maior”**	3,3	3,5	223	350	64,8
“Ásia menor”	0,3	8,5	159	90	83,6
África Subsariana	0,1	1,2	115	130	78,6
Outros	0,2	2,0			

CSFI: Center for the Study of Financial
 MBB: Microbanking Bulletin
 **BRI, BRAC e Grameen Bank
 Fonte: Mosley e Rock (2004)

Segundo o site “*planetfinance*”, portal especializado em microfinanças, mais de 10 mil instituições voltadas para a concessão de microcrédito atendem mais de 150 milhões de pessoas em todo o mundo (Schreiber, 2009).

2.4 Microcrédito e a sustentabilidade

As empresas preferem adoptar práticas e acções voltadas para o desenvolvimento sustentável, do que estabelecer indicadores para medir o nível de sustentabilidade empresarial. Desenvolvimento sustentável é apresentado pela Comissão do Desenvolvimento Sustentável da ONU² como “o desenvolvimento que preenche as necessidades do presente, sem comprometer as das gerações futuras de preencher suas próprias necessidades”. Para Maia e Pires (2011) a sustentabilidade é definida como um conceito ligado ao crescimento económico, à equidade social e protecção ambiental. Consideram ainda sustentabilidade como um conceito subjectivo e passível de interpretação.

Por outro lado, Muncke Borim-De-Sousa (2009) dizem que sustentabilidade reporta à capacidade de manter algo num estado de continuidade.

²<http://www.un.org/>

Alguns atores têm estudado a aplicação do conceito desenvolvimento sustentável ao nível global e em diversas áreas como: financeira; agrícola; empresarial; entre outras.

As empresas, os financiadores de microcrédito devem ser pró-activos e projectar as suas actividades de maneira que sejam sustentáveis. As empresas devem proteger o meio ambiente, reduzir os impactos ecológicos, elaborar projectos sustentáveis que apoiem as comunidades,

É muito importante que as pessoas mais desfavorecidas tenham acesso aos serviços financeiros por um longo período, pois é necessário tempo para se estabelecerem e não precisarem mais de recorrer ao financiamento. Assim, é importante que os negócios sejam autossustentáveis.

Tem-se verificado que as empresas/negócios se têm preocupado com a sustentabilidade não só financeira mas também ambiental e social. Desta forma de acordo com Neves (2012) os relatórios financeiros têm-se baseado sobre a *Triple Bottom Line*, em que a sustentabilidade é desenvolvida em três pontos fundamentais, sendo:

- 1- Impacto do negócio sobre a rentabilidade e a criação do valor, que incluem informações diversas sobre o volume de negócio, impostos, custos e outros;
- 2- O capital humano e social, que incluem a formação, educação, acesso a recursos, saúde e bem-estar;
- 3- Ambiental, que inclui informações sobre os recursos naturais, qualidade do ar, qualidade da água, consumos energéticos, tratamento dos resíduos sólidos e tóxicos, entre outros.

Para Neves (2012), o crescimento sustentável dos negócios deve ser uma preocupação dos gestores, mas as estratégias a serem implementadas nem sempre garantem os resultados pré-definidos. No entanto, Neves (2012, p. 527) refere “que não se pode olhar apenas para o potencial de vendas, mas sim é necessário criar margens que sustentem o crescimento e ciclos financeiros que gerem meios financeiros atempadamente para serem repostos na exploração”.

2.5 A actividade piscatória e suas especificidades

Em concordância com o relatório da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), de 2009, constatou-se que a pesca constitui a fonte de rendimento fundamental para as comunidades costeiras assumindo um papel de relevo no rendimento das famílias e na constituição do emprego. A sua percentagem para o produto é de 4,7%, empregando cerca de 15% da população activa. A actividade piscatória sempre deu uma

cobertura nutricional nitidamente dominante em proteína animal. Chegou a ser a segunda actividade de exportação em STP, a seguir ao cacau. É consensual que a produtividade da pesca tende a baixar, deste modo afectando a rentabilidade de todos os seguimentos da fileira, particularmente as actividades de pesca artesanal e de comercialização (FAO/SFC/STP, 2009).

O impacto económico e social é de tal modo evidente que tanto o Governo, como os actores do sector, reconhecem a necessidade do renascimento da pesca. Logo, torna-se necessário criar instrumentos de desenvolvimento, reformas técnicas, regulamentares e organizacionais profundas de forma a disponibilizar instrumentos indispensáveis, tais como a criação de infra-estruturas adequadas e, sobretudo, de mudança de mentalidades com o objectivo de transformar a pesca numa actividade responsável e duradoura.

A inexistência de uma política nacional de pescas, ou a sua aplicação inadequada, tem implicações no agravamento da pobreza das comunidades de pescadores e, conseqüentemente, a destruição do património *haliêutico*.

A maioria da população depara-se com um obstáculo sério relativamente ao escoamento do pescado no mercado nacional.

No entanto, o PRIASA (Projecto de Restruturação de Infrastrura de Apoio a Segurança Alimentar) procura desenvolver actividades que promovam a melhoria da segurança alimentar em STP (como, por exemplo, a formação das peixeiras) e a redução da pobreza, visando melhorar a disponibilidade de produtos agrícolas e marítimos, reabilitando as infra-estruturas agrícolas e de pesca artesanal (figura 1 e 2).

Figura nº 1: Mercado de peixe na localidade de Santana e construção de nova sede da Direcção das Pescas



Fonte: PRIASA

O governo de STP tem como prioridade absoluta reduzir consideravelmente a pobreza e melhorar o bem-estar geral da população. A pesca tem um papel fundamental na alimentação da população, na criação de emprego e na criação de rendimento. Para isso, o sector precisa

de investimentos adequados (infra-estruturas de desembarque, embarcações, ...), recursos humanos qualificados, recursos financeiros e serviços de base suficientes. De facto, observa-se que as acções públicas para o desenvolvimento da pesca têm sido pontuais e insuficientes para se alcançar um desenvolvimento sustentado, competitivo e equitativo. É preciso existir um trabalho que permita aproveitar as oportunidades e superar os constrangimentos existentes no sector da pesca.

Figura nº 2: Formação e qualificação de conservação de pescado em STP



Fonte: PRIASA

É de realçar que a pesca artesanal é feita com recurso a canoas, constituídas por métodos tradicionais, e a captura semi-industrial envolvendo barcos de maiores dimensões, em fibras de vidro, movidas a motor (Caixa Geral de Depósitos, 2014).

As embarcações construídas em madeira ou fibra de vidro (canoas tradicionais e botes) têm 7 a 12 metros de comprimento e 1,5 a 3 metros de largura. Normalmente, têm uma capacidade abordo de 5 a 20 pescadores.

Segundo os dados da Direção das Pescas (2015), existem vários tipos de embarcações de pescas que fazem parte do parque de pirogas nacionais:

- Canoas de madeira a remos e vela;
- Canoas de madeira a motor;
- Proa a motor e vela;
- Canoas de grande porte a motor;
- Barcos de pescas semi-industrial (cariocos, barcos com cabine e botes).

Importa salientar que tem havido uma diminuição de número de canoas tradicionais, devidos dois aspectos:

- Tipo de material (madeira) utilizado na construção das canoas ser frágil e pouco durável;

- Medidas tomadas pelas autoridades contra o abate indiscriminado das árvores que permitem a construção destas mesmas canoas.

Considera-se a pesca desenvolvida em STP como semi-industrial, por falta de meios para assegurar a deslocação a longa distância (Ex: materiais de comunicação). Por outro lado, as pescas são efectuadas nos arredores da ilha e enfrentam uma crise devido à degradação progressiva dos ecossistemas marinhos e à escassez de peixes. O constante uso da arte não selectiva e destrutiva como forma de compensar o decréscimo de captura coloca os pescadores num ciclo vicioso de destruição dum recurso considerado como crucial para a população.

São diversas as técnicas utilizadas pelos pescadores na sua atividade (MARAPA, DP, & FAPP, 2017):

- Redes - existem cinco tipos de redes: cerco ou rede brisa; emalhar de voador; arraste de praia; feijão e tarrafa. Estas redes são de tamanho, forma e abertura de malhas diferentes. As malhas das redes estão definidas no regulamento³ da pesca.

- Caça submarina consiste em caçar espécies aquáticas, peixes, crustáceos e moluscos, através de mergulhos utilizando anzol de gancho ou arma de pesca submarina. Os mergulhadores usam equipamentos como barbatana, fato de mergulho, respirador, máscara e punhal. Fazem captura de polvo, búzio, choco, garoupa, alada, vermelho, corvina, moreia, tubarão, etc. Este tipo de pesca, normalmente, é feita pelos pescadores nas primeiras horas do dia.

- Pesca de voador panhá - é uma pesca em que se faz um ritual de levantamento do voador panhá e é específica na época de gravana. Os pescadores utilizam capim, pedaços de madeira, azeite de palma ou óleo alimentar, côco, cabo e uma rede circular que serve para apanhar o peixe voador. Essa pesca é feita das cinco horas da manhã até por volta das catorze/dezasseis horas da tarde.

- Pesca nocturna por “encandeamento” -os pescadores usam uma lanterna recarregável, candeeiro de petromax ou cafuca para atrair peixes. A arte de pesca utilizada é à linha de mão (fio, anzol e chumbo). Esta pesca é feita durante as noites escuras. As espécies capturadas são bonito, corcovado, carapau, vermelho terra, olho grosso, osso mole, dentre outros.

- Blindado - esta pesca é feita durante o dia, as espécies capturadas são peixe andala, estromba, boca cuto, agulha. Utiliza-se linha (fio) e cabo de poliamida.

- Corrico - nesta modalidade os pescadores utilizam uma canoa motorizada, ou não, em que durante o movimento da embarcação é lançado ao mar o fio, com a sua respetiva isca,

³Leide Pesca e Recursos Marítimo – Lei nº 9 de 2001.

sendo os peixes atraídos e capturados. As espécies capturadas são: alada, tubarão, barracuda, peixe andala, peixe fumo, colombeta, atum, agulha sombra, etc.

- Palangre vertical - os pescadores utilizam linha de fio de vários metros de comprimento de acordo com a profundidade da zona de pesca, na extremidade de cada linha encontra-se agarrado o anzol. As espécies capturadas são malagueta, linguado, concon, vermelho, bica. A pesca é feita durante o dia.

- Palangre horizontal é utilizada uma linha principal que consiste num fio de comprimento que varia em função da quantidade de anzóis e linhas secundárias, nas extremidades de cada linha secundária é colocado um anzol.

- Tchapo - esta prática tem estado a cair em desuso, é uma pesca que se faz com iscas artificiais e chumbam o anzol. Com esta arte de pesca, captura-se peixe como bonito, carapau e outros pelágicos.

- Pingue - utiliza a linha de fio e as espécies capturadas são: fulu-fulo, bonito, vermelho fundo, cavala, carapau, alada, dentre outros.

- Gaiolas (*nassas*) - com cabos de comprimento variável entre 500 a 1500m, amarra-se as *nassas* e são lançadas de acordo a profundidade onde são largadas. As *nassas* são largadas no final da tarde e recolhidas na manhã seguinte, outros pescadores recolhem as *nassas* 24 horas depois. As espécies capturadas são: arranha, caranguejos e alguns peixes das grandes profundidades.

- Pescarias em água doce - importa salientar que existem várias modalidades de pesca em água doce, modalidade estas como *mussuá*, *clissaqui*, *txanga*, vara de camarão e cesto.

Alguns pescadores do norte do arquipélago especializaram-se na arte de pescar com a rede de cerco e embarcações de maior dimensão motorizadas. Esta arte destina-se a capturar cardumes de peixes pelágicos como sardinhas e atuns. Essa arte também é utilizada nas zonas costeiras em cima de pedra e nos recifes para capturar peixes *demersais adultos* e juvenis como a garoupa ou a corvina.

Em STP, segundo a Lei de Pesca e Recursos Marítimo⁴ “todos os pescadores devem ter uma identificação de pescador e as suas embarcações devem estar inscritas na Capitania, bem como os seus pertences (motor, rede, etc.), os pescadores que pescam apenas para sua alimentação não precisam estar inscritos, mas os que pescam para comercialização devem estar inscritos e pagar anualmente uma taxa”. Esta lei serve para regulamentar a pesca no país, uma vez que muitos pescadores têm feito uma pesca inadequada o que tem contribuído para a diminuição dos recursos pesqueiros.

⁴Lei nº 9 de 2001

Muitos pescadores de diversas zonas piscatórias preferem pescar na zona sul do país por ter abundância de peixe.

3 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste ponto será apresentada a metodologia utilizada de forma a permitir a concretização dos objectivos, sendo apresentados os métodos de recolha de dados e as técnicas de análise dos mesmos.

3.1 Objectivos

Pretende-se, com este trabalho de investigação, compreender o efeito do microcrédito na situação socioeconómica da população, ou seja, o problema em estudo consiste em “Será que o Microfinanciamento tem efeito na melhoria de vida dos beneficiários do financiamento?”.

Desta forma, o objectivo principal da investigação é estudar o microfinanciamento na área pesqueira na comunidade de Porto Alegre. Assim, são identificados os seguintes objectivos específicos:

- (i) Caracterizar a população beneficiária de microfinanciamento;
- (ii) Identificar o tipo de microfinanciamento e suas finalidades;
- (iii) Identificar o tipo de formações realizadas e as necessidades futuras de formação;
- (iv) Perceber se o crédito é uma variável indispensável para o desenvolvimento do negócio.

3.2 Pesquisa exploratória e Recolha de Dados

Na elaboração do trabalho de investigação recorreu-se a técnicas qualitativas e quantitativas. A investigação qualitativa debruça-se na compreensão dos problemas, analisando as atitudes, os comportamentos e os valores. A investigação qualitativa caracteriza-se em apresentar um maior interesse no processo de investigação, é holística, indutiva, flexível, descritiva e o investigador tem um papel de extrema importância na recolha de dados (Sousa & Baptista, 2011). Enquanto que a investigação quantitativa é positivista, tem como objectivo identificar e apresentar os dados. Essa investigação é “apropriada quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população” (Sousa & Baptista, 2011).

Inicialmente recorreu-se à pesquisa exploratória de forma a clarificar as ideias, a enquadrar melhor a área de estudo e a estabelecer prioridades de investigação (Silvério, 2003). Ao nível desta pesquisa recorreu-se a dois métodos:

- **Fontes secundárias**, ou seja, dados previamente recolhidos por outros investigadores (Barañano, 2008), para a realização da revisão bibliográfica com recurso a livros;

revistas e jornais científicos; dissertações e teses. Também se recorreu a este tipo de fontes para elaborar o enquadramento da actividade piscatória em São Tomé através da consulta de relatórios sobre o tema.

- **Entrevista semiestruturada** que segundo Sousa & Baptista (2011) consiste em ter um guião com um conjunto de perguntas a colocar ao entrevistado. O guião elaborado (Anexo nº1) procura obter informações relevantes acerca dos aspectos gerais da comunidade e dos indivíduos, de forma a se efectuar a caracterização do objecto em estudo e a elaboração do questionário. O guião será aplicado a indivíduos com diferentes cargos na comunidade, mas que conhecem em profundidade a questão a ser investigada. Neste sentido pretende-se entrevistar o Presidente da Câmara do Distrito de CAUÉ, o responsável do Centro Comunitário de Porto Alegre, o Presidente da Associação dos Pescadores de Porto-Alegre, o Director do Ensino Básico de Angolares e o Comandante da Polícia de Angolares.

Numa segunda fase do trabalho de investigação, realizou-se um estudo descritivo de forma a descrever claramente o objecto em estudo ao nível da sua estrutura e funcionamento (Sousa & Baptista, 2011). Para concretizar este estudo, construiu-se um questionário (Anexo nº2) com o objectivo de recolher informações acerca da população em estudo (Sousa & Baptista, 2011), logo foi elaborado um conjunto de questões, sendo construído um questionário com 23 itens com perguntas fechadas do tipo dicotómico ou multicotómico (Silvério, 2003).

O questionário, construído com base no conhecimento pessoal da investigadora e da informação obtida nas entrevistas, procura recolher informação sobre quatro grupos de questões:

- Caracterização das palaiês e do seu negócio – questões 1 a 10; 20;
- Microcrédito e financiamento – questões 12 a 19, para se perceber se houve recurso ao microcrédito e em que condições e perspectivas futuras de acesso ao microcrédito;
- Capacitação dos recursos humanos - questão 22, para analisar se existe formação e em que áreas;
- Desenvolvimento do negócio – questões 11, 21 e 23, para avaliar se a palaiê investiria no seu negócio, como o financiaria e o que necessita para o desenvolver.

No final da realização do questionário, o entrevistador deverá avaliar a sua percepção sobre o negócio da palaiê que acabou de entrevistar numa escala de *likert* com cinco pontos.

3.3 População em estudo

A população em estudo são todas as palaiês na comunidade piscatória de Porto Alegre.

A identificação da população foi efectuada com o apoio do responsável da associação dos pescadores da mesma comunidade, tendo sido identificadas as 50 palaiês.

3.4 Trabalho de campo

As entrevistas foram efectuadas pessoalmente pela investigadora e decorreram de Fevereiro a Março do ano 2018, tendo tido uma duração mínima de 26 minutos e máxima de 58 minutos.

Os questionários foram aplicados, pela via presencial, no mês de Abril de 2018 pela própria investigadora.

3.5 Tratamento e Análise dos Dados

Após a recolha dos dados, pela via do questionário, passou-se à análise dos mesmos, uma vez que esta é uma etapa fundamental num trabalho de investigação (Sousa & Baptista, 2011).

Segundo Sousa & Baptista (2011, p. 114), quando se pretende analisar os dados quantitativos deve-se determinar as percentagens das opções de resposta de cada item; calcular a moda das variáveis qualitativas; calcular as medidas estatísticas (média, mediana, desvio padrão, ...) das variáveis quantitativas, podendo para tal utilizar-se diversas técnicas.

Com base nos objectivos pré-definidos para o trabalho de investigação, os dados foram tratados através de técnicas descritivas com recurso ao programa Excel, sendo os resultados apresentados em gráficos e tabelas e efectuada a descrição dos mesmos de forma a permitir caracterizar a população em estudo e a resposta aos objectivos da investigação.

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da Actividade Piscatória de Porto Alegre

De referir que a presente secção foi, maioritariamente, elaborada tendo por base a informação recolhida com as entrevistas semiestruturadas.

4.1.1 Caracterização do Distrito de CAUÉ

O Distrito de CAUÉ tem o seu limite a norte com Angra Toldo Praia (Distrito de Cantagalo), a sul com o Mediterrâneo e a Oeste confronta-se com os Distritos de Lembá e Mé-Zochi. Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população total do país, em 2015, era de cerca de 194.006 habitantes, com pouco mais de 50% de mulheres, e uma população jovem com menos de 25 anos (62%). A taxa de crescimento natural da população, em 2014, era de 2,76% (RDSTP, 2015).

O Distrito de CAUÉ ocupa 26,7% da superfície nacional, tem cerca de 6.887 habitantes correspondentes a 3,85% da população total, dos quais 3.603 são homens (52,32%) e 3.284 são mulheres (47,68%). É considerado o Distrito mais vasto e menos populoso e é o que sofre menos pressão humana sobre o seu território, possuindo uma densidade populacional de 22,6 habitantes por quilómetro quadrado (INE, 2012).

Em termos de movimento migratório entre os distritos e urbano-rural, constatou-se que, em 1991, residiam neste distrito 73,1% dos seus naturais, e os restantes 26,9% da população residente provinham de outros distritos com maior destaque para o distrito de Água Grande (RDSTP & PNUD, 2005).

De referir ainda que, enquanto em 1981 os naturais de CAUÉ tinham como destino preferencial o distrito de Cantagalo, em 1991 passou a ser Lembá. Esta preferência deve-se às condições adequadas existentes em Lembá para a prática da pesca, actividade económica principal dos naturais de CAUÉ (RDSTP & PNUD, 2005).

Quanto ao sector agrícola, apesar das condições ecológicas serem favoráveis para o desenvolvimento de determinadas actividades (oleaginosas, culturas de subsistência e as espécies bovina, suína e caprina), a mesma assenta em actividades de carácter extensivo, sendo reduzida ou quase nula a produtividade dos factores – terra e trabalho – o que acentua as deficiências do sector.

O quadro físico em que se assenta a economia do Distrito, resume-se nas seguintes características:

- Orografia muito acidentada;
- Clima equatorial com pluviosidade abundante e variações de temperatura em função da altitude;
- Subsolo vulcânico com escassas possibilidades conhecidas;
- Rede hidrográfica de características torrenciais constituídas pelos pequenos cursos de água (Yô Grande, Malanza); e,
- Grandes variedades de solos agrícolas.

A taxa de crescimento da população do Distrito de CAUÉ é de 0,84% (Quadro nº 3), enquanto que a do planeamento familiar é 25,7%. A taxa de mortalidade infantil é elevada: cerca de 7,20%, o que é muito preocupante em termos de saúde pública. No entanto, alguns indicadores de Cuidados Primários de Saúde, principalmente a taxa de cobertura vacinal, reflectem um grande esforço de prevenção que se tem vindo a conseguir para reduzir a taxa de mortalidade infantil.

Quadro nº 3: Indicadores sociodemográficos do Distrito de Caué em 2012

Indicadores	Unidades
Nº habitantes	6.887**
Taxa de crescimento médio anual	0,84%**
Índice sintético fecundidade	2,794**
Taxa de Natalidade	28,5%*
Taxa de mortalidade	7,20%*
Esperança de vida ao nascer	65,3 Anos*

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação - 2012

* Dado Nacional.

** Dados do Distrito de Caué

No que se refere à repartição espacial, verifica-se que a maior percentagem da população activa reside em Angolares, capital do distrito. O Distrito é composto por 35 comunidades, sendo na sua maioria comunidades rurais onde a pobreza é bem acentuada. Segundo os dados estatísticos do recenseamento de 2001 projectado para 2010, a população activa do distrito de Caué, por grupo etário, é repartida de seguinte modo: 19,06% dos 15 aos 24 anos; 20,33% dos 25 aos 44 anos; 9,76% dos 45 aos 64 anos; e 3,5% com mais de 65 anos.

A repartição da população empregada do distrito por grupo etário é de: 29,3% dos 15 aos 24 anos; 49,1% dos 25 aos 44 anos; 17,9% dos 45 aos 64 anos; 3,7% com mais de 65 anos. Quanto ao género da população empregada, 69,1% são homens e 30,9% são mulheres.

A população desempregada por grupo etário é: 55,4% dos 15 aos 24 anos; 33,1% dos 25 aos 44 anos; 9,5% dos 45 aos 64 anos; 2% com mais de 65 anos.

Relativamente à economia deste Distrito, pode-se caracterizá-la como preocupante. Existem grandes áreas rurais desabitadas. Não obstante a distribuição de algumas terras aos pequenos agricultores, estes recebem pouco apoio financeiro, material e de equipamentos por parte do Governo. Instalou-se a degradação das condições de vida neste Distrito, onde não há oferta de emprego e oportunidade de negócios e de formação. Dos poucos agricultores que resistiram, enfrentam outros problemas como a falta de transportes, vias de acesso, dificultando o escoamento dos seus produtos, por um lado, por outro, o Distrito enfrenta uma forte mobilidade dos seus residentes para Lembá, devido à pesca que é a sua maior actividade económica. Isto deve-se ao facto de a zona costeira de Lembá ser muito rica em peixe estimulando essa deslocação.

No Distrito de CAUÉ existem algumas Instituições tais como: Complexo Turístico Pestana (Ilhéu das Rolas), Roça S. João, Hotel Praia Ihame, Hotel Nguembu, Complexo Mionga e Jalé; Câmara Distrital; Comando da Polícia; Delegacia de Saúde; Delegação de Educação; Delegação da Pecuária e MARAPA (ONG).

4.1.2 Caracterização da Comunidade de Porto Alegre

Porto Alegre é uma das comunidades do Distrito de CAUÉ e devido à posição geográfica e condições climáticas é uma comunidade onde a distância e a via de acesso têm contribuído para o seu isolamento. Apesar de existirem factores positivos que podem contribuir para o seu desenvolvimento.

Porto Alegre, segundo o recenseamento de 2001, era uma comunidade que possuía 461 habitantes (247 homens e 214 mulheres), tendo-se verificado um crescimento em relação a 1991 na ordem de 15,6 %. Sempre foi um potencial produtor de copra a nível nacional. Após a nacionalização das roças, foi gerida pelo Governo até que em 1998 foi parcelada e parte distribuída pelos agricultores no quadro do programa de privatização agrícola, tendo beneficiado 151 famílias, sendo 106 homens e 45 mulheres, num total de 164 hectares de terra, repartidos em 114,5 para os homens e 49,5 para as mulheres.

A dada altura, a empresa implementou a cultura de plantas para indústria de perfumaria (ylang-ylang e Vetiver), bem como pimenta, baunilha e café robusta com o apoio técnico da empresa Santa Margarida, sendo, posteriormente, abandonada após a entrega da empresa pelo Governo à gestão do Grupo Melo Xavier.

Por outro lado, uma das potencialidades incontestável da comunidade é a pesca, uma vez que se numa zona marítima rica em peixe e com múltiplas variedades. A pesca praticada ainda é artesanal e sem meios de conservação do pescado.

4.1.3 Caracterização das Instituições/Associações de Porto Alegre

Em Porto Alegre existe um conjunto de Instituições, Associações e Cooperativas que são importantes na dinamização económica da comunidade a apresentar:

A - Cooperativa Agropecuária de Porto Alegre

A Cooperativa Agro-Pecuária de Porto Alegre (COAPPA), é uma cooperativa criada em Porto Alegre, que tem como objectivo desenvolver actividades em quatro grandes áreas a saber:

- Área agrícola (cultura de Milho, feijão seco, dentre outras culturas);
- Área de transformação (extracção e secagem de copra);
- Área de pecuária (criação de gado bovino, caprino e aves);
- Área de turismo rural (lazer na praia).

B - Associação dos Pescadores de Porto Alegre

Associação dos Pescadores de Porto Alegre (ASVOAPA) foi criada a 19 de Outubro de 2002, com o objectivo de unificar todos os pescadores de Porto Alegre para trabalharem em conjunto, a fim de desenvolver a comunidade e abastecer os membros de materiais de pesca e produtos de primeira necessidade.

C - Associação comunitária de Porto Alegre

Criada em 11 de Novembro de 1999, a associação comunitária de Porto Alegre conta com 52 membros, sendo 42 homens e 10 mulheres. A associação já conseguiu alcançar diversos sucessos em prol do desenvolvimento da comunidade a saber:

- Apoio para instalação de um gerador – através do Governo;
- Um posto de combustível – financiamento do SCAC (reabilitação do espaço para venda e o fundo de maneo para arranque da actividade). Actualmente com dezasseis anos de existência (criado em 2002) a bomba constitui uma das actividades económicas levada a cabo pela cooperativa.
- Uma carinha comunitária – oferta do Presidente da República. Esta carrinha tem sido gerida pela Associação Comunitária desde a sua chegada à comunidade, e funcionou como

transporte de socorro em casos urgentes de deslocações dos doentes. Agora se encontra inoperante.

- Construção de 62 latrinas – financiamento de PNUD e execução da ONG Zatona-ADIL.
 - Reabilitação da fonte de água (melhorias de sistema de abastecimento de água potável)
- UNICEF e Rotas D’ Africa (Ilhéu das Rolas).

D- Cooperativa das mulheres de Porto Alegre

Fazem parte da cooperativa das mulheres de Porto Alegre (COOPMPA), 45 mulheres. Esta cooperativa foi fundada no dia 5 de Novembro de 2002 com assistência da ONG Zatona-ADIL. Desde a fundação não foi implementada nenhuma acção concreta.

Esta cooperativa tem os seguintes objectivos:

- Melhorar a condições sociais dos seus membros.
- Mobilizar os seus membros para o aumento da produção e da produtividade, contribuindo desta forma para o desenvolvimento socioeconómico dos mesmos.
- Contribuir para o estabelecimento de laços de amizade e de solidariedade entre os membros e de uma forma geral.

E - Palaiês de Porto Alegre

À semelhança dos pescadores, as palaiês vieram maioritariamente do Ilhéu das Rolas, uma vez que são as clientes directas dos pescadores.

Todavia também existem palaiês de Porto Alegre e da cidade capital e não só, estando estas especializadas, quase exclusivamente, em palaiês de transformação, ou seja palaiês de salga, uma vez que todo o pescado comprado é quase exclusivamente direccionado à salga e de vez em quando fazem a venda do pescado fresco, mas é preciso sublinhar que esta prática é muito limitada, uma vez que são várias as dificuldades de ligação via transporte e que têm trazido grandes transtornos – em particular na conservação do pescado fresco.

Algumas das palaiês (9) são proprietárias de canoas e motores. Sendo estas possuidoras destas embarcações, logo concedem postos de trabalhos a pescadores não possuidores de embarcações.

Outro grande aspecto que é importante citar, é a existência de um outro grupo de palaiês chamadas de “palaiês da sede”, que também estão vocacionadas para salga e venda do pescado, no entanto a maioria dedica-se à salga de peixes provenientes dos pescadores que se dedicam à pesca submarina, mas não excluem a salga de voadores que é a actividade mais abrangente das palaiês de praia.

Infelizmente, existe um clima de rivalidade entre as palaiês de cima (sede) e de praia, vindouras conforme são chamadas à longa data. Também existem alguns pescadores que exercem o processo de salga, considerado como único processo de transformação praticado pelos pescadores e palaiês, salvo em épocas festivas que praticam um pouco de fumagem.

F - Comité de Água

É um comité que tem por objectivo zelar pela manutenção da canalização e fazer chegar água potável em boas condições à comunidade.

Este comité é formado por duas pessoas. O local onde foi construído o depósito de água chama-se (Monte Henrique). O mesmo faz distribuição de água para Porto Alegre e para Ilhéu das Rolas.

A reabilitação do referido depósito de água aconteceu no ano 2002, e contou com o financiamento da UNICEF e das Rotas D'África.

G - Comité de limpeza

Este comité é formado por três elementos da comunidade, incluindo o enfermeiro, que tem por objectivo zelar pela higiene e saneamento de meio.

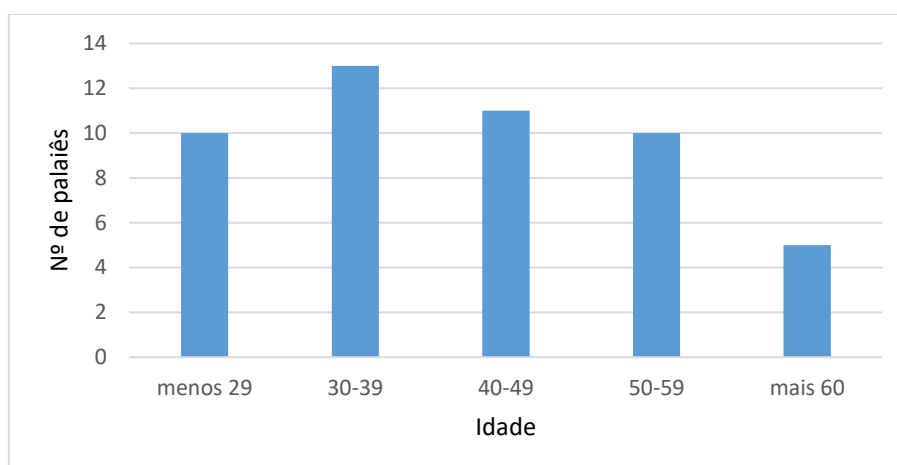
O seu objectivo é ajudar a fazer o saneamento básico do meio na comunidade (capinação, eliminação dos pântanos, drenagem, recolha e tratamento de lixo "aterro").

4.2 Caracterização das palaiês e do seu negócio

Foram realizados inquéritos por questionário às palaiês da comunidade de Porto Alegre no distrito de Caué em STP, com o objectivo de avaliar o efeito do fundo por via da melhoria de vida dos indivíduos e da comunidade. Dos 50 inquéritos realizados, foi retirado 1 por este estar muito incompleto ao nível das respostas. Neste sentido, o estudo conta com 49 respondentes.

Das 49 palaiês de peixe inquiridas, a maioria tem idades até 49 anos (90%) ou seja, ainda são um grupo jovem (Fig.3).

Figura nº 3: Faixa etária dos inquiridos



No que diz respeito ao estado civil, todas as 49 palaiês são solteiras, situação normal nestas comunidades.

Das 49 palaiês inquiridas 26 (53,06%) residem no bairro de Porto Alegre Sede e 23 (46,94%) reside no bairro de Porto Alegre Praia.

Quanto ao local onde executam as suas actividades das 49 palaiês inquiridas (100%), nenhuma executa as suas actividades no local fixo e próprio, isto é, actividade é feita de uma forma aleatória, ora pode ser em diversos locais públicos ou mesmo em sua casa.

Constatou-se que 44 palaiês (89,80%) comercializam os seus produtos na via pública e que apenas 5 palaiês (10,20%) comercializam os seus produtos integrado ao domicílio. É de salientar, que as 44 palaiês dedicam apenas ao negócio de comercialização do pescado, enquanto que, 5 palaiês dedicam outras actividades geradoras de rendimento, como por exemplo: a comercialização de outros géneros alimentícios, para além da comercialização do pescado.

No que concerne ao tempo de actividade 79,17% das palaiês inquiridas praticam esta actividade há mais de 5 anos e 8,33% dedica-se a esta actividade no período compreendido entre 6 meses a 2 anos.

No que se refere ao horário do funcionamento quase totalidade das palaiês trabalham 10 horas por dia.

Foram inquiridas palaiês com diferentes graus de habilitações literárias, desde as que nunca frequentaram a escola até às que frequentaram até há oitava classe.

Das inquiridas a maior incidência dos níveis de escolaridade está concentrada entre 1ª à 4ª classe, seguindo de 5ª à 8ª classe, as restantes nunca frequentaram escola (Tab.1).

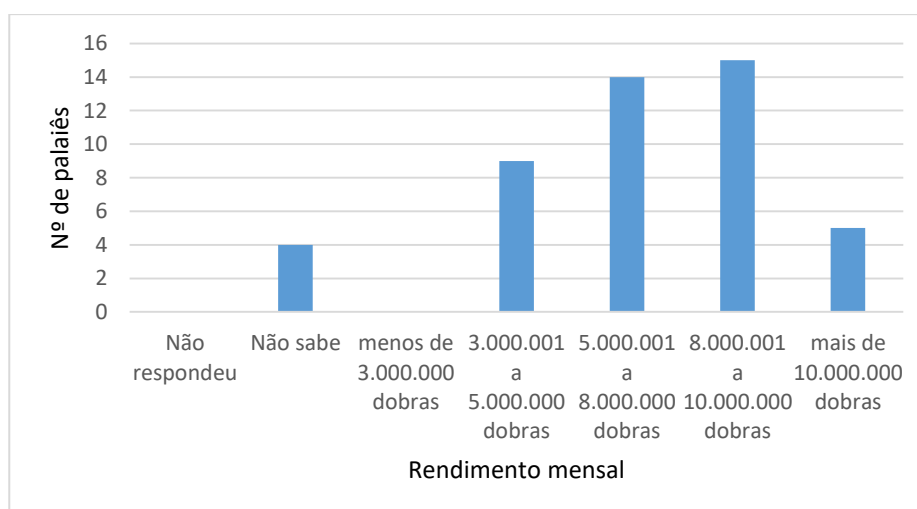
Tabela n.º 1: Negócio / Tempo de actividade / Nível de escolaridade

Negócio único		Tempo de actividade		Funcionamento diário		Nível de escolaridade	
Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês
Sim	44	Menos de 6 meses	0	9 horas	3	Sem escolaridade	8
		De 6 meses a 2 anos	4	10 horas	44	Até 4ª classe	20
		De 2 a 5 anos	6	11 horas	1	De 5ª à 8ª classe	19
Não	5	Mais de 5 anos	39	12 horas	1	De 9ª à 12ª classe	0
						Superior	0

No que diz respeito à existência de conta bancária, verificou-se que nenhuma palaiê possui conta bancária, logo o único meio de pagamento usado nas compras ou vendas é o dinheiro.

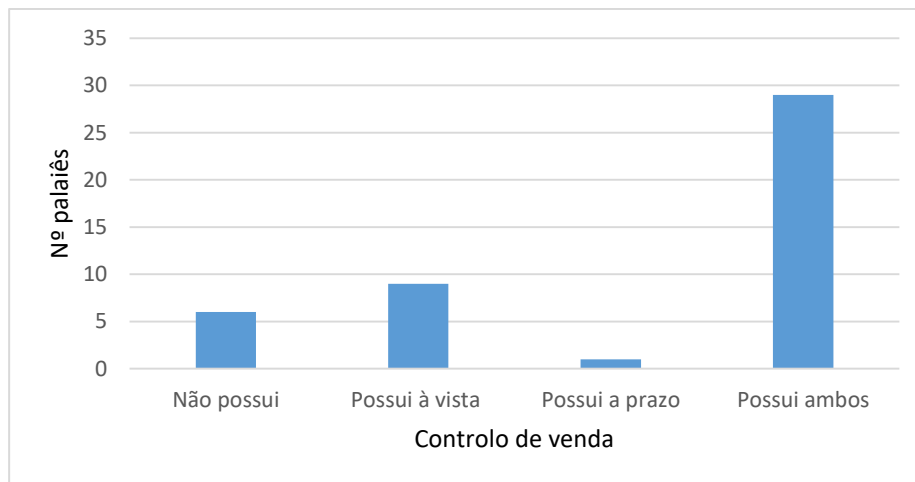
Quanto ao rendimento médio mensal, constatou-se que a maioria das palaiês ganham mensalmente oito a dez milhões de dobra São-tomense por mês e que existem algumas palaiês que não sabem quanto ganham mensalmente (Fig.4).

Figura nº 4: Rendimento médio mensal



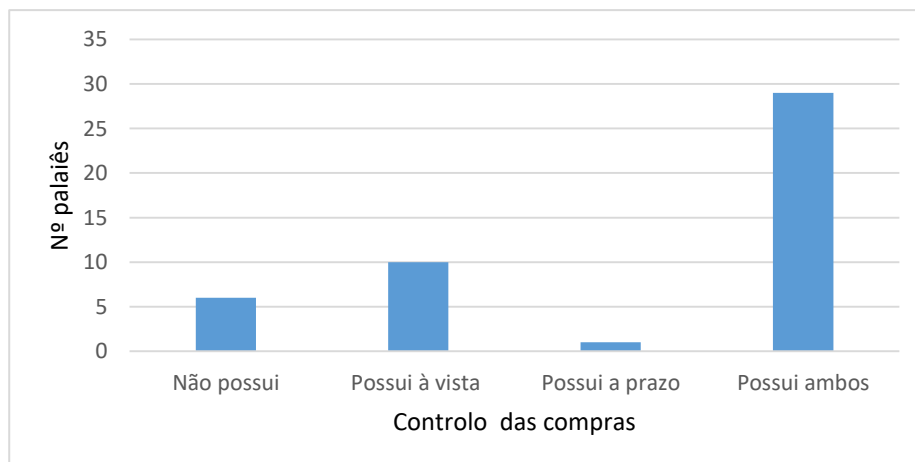
Mais de metade das palaiês têm controlo do registo de venda à vista e a prazo (Fig.5).

Figura nº 5: Controlo do registo de venda



Mais de metade das palaiês têm controlo do registo das compras à vista e a prazo (Fig.6).

Figura nº 6: Controlo de registo das compras



Das 49 palaiês inquiridas apenas 3 possuem colaboradores. Das três palaiês que têm colaboradores, duas possuem um único colaborador e uma possui três, perfazendo um total de cinco colaboradores, sendo três do género masculino e dois do género feminino (Tab.2).

Tabela n.º 2: Possui colaborador

Tem colaboradores				
Designação	N.º de Palaiês	N.º de colaboradores	Género	
Sim	3	5	Masculino	3
			Feminino	2
Não	46			

4.3 Microcrédito e financiamento

O microcrédito e financiamento têm por finalidade estimular o início de um negócio para as pessoas que conhecem e que têm vontade de desenvolver esse mesmo negócio. Das palaiês inquiridas, a maioria afirma que se tivessem mais disponibilidade financeira investiriam no negócio por ser muito lucrativo, uma parte delas dizem que acreditam no negócio e que é a fonte de sustentabilidade. (Fig.7).

Figura nº 7: Razão do investimento



Quanto ao acesso ao crédito mais de 55% das palaiês não recorreu ao crédito. Das 21 palaiês que receberam crédito, 20 receberam através do programa de microcrédito com o

objectivo de reforçar o negócio. Para estas, se houver oportunidade, estão dispostas a realizar um novo microcrédito.

Das palaiês que responderam que não solicitariam um microcrédito apenas uma referiu que não o fazia porque não gosta de dívidas.

Todas as palaiês que receberam o microcrédito através do programa de microcrédito receberam um valor compreendido entre 2.000.001 a 4.000.000 antiga dobra são-tomense.

Das 21 palaiês que receberam microcrédito todas fizeram amortizações mensais de 250 000 dobras (antiga dobra), nenhuma pagou juros pelo financiamento e não lhes foi solicitada qualquer garantia para a concessão do financiamento.

Quanto à tomada de microcrédito solidário⁵, 51% das palaiês responderam que não tomariam e 49% tomariam um microcrédito solidário.

Das 21 palaiês que responderam que não tomariam microcrédito solidário, a maioria alega que não confiam nas outras pessoas, enquanto que uma parte muito reduzida responderam que não tomariam por acharem complicado (Tab.3).

Tabela n.º 3: Acesso ao crédito

Já recebeu Mircocredito		Tomaria microcrédito solidário		Porquê de não tomada do microcrédito solidário	
Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês
Sim	21	Sim	20	Não houve oportunidade	9
				Acha complicado	2
				É arriscado	0
Não	28	Não	21	Não se envolve com terceiros	0
				Outros	0

4.4 Desenvolvimento do negócio

Segundo os resultados, todas as inquiridas responderam de uma forma positiva que se tivessem mais dinheiro investiam no negócio.

Mais de metade das palaiês não têm controlo do registo de venda por escrito. No que refere à venda a crédito, 86% das palaiês vendem a crédito e 14% não vendem a crédito.

No pagamento da venda a crédito, 71,79% tem como prazo de pagamento 10 a 30 dias, enquanto que 2,56% tem como prazo de pagamento 1 dia.

⁵ Microcrédito Solidário é um programa de financiamento ou linha de crédito criado pelos Governos ou pelas instituições financeiras destinado as pessoas de baixa renda, micros e pequenos empreendedores do sector formal e informal, que têm dificuldades de acesso aos bancos, a fim de investirem nos seus negócios. Normalmente é concedido em grupos.

No que se refere à perda de dinheiro com a venda a crédito, 92% das palaiês que vendem a crédito já perderam dinheiro com esta prática de venda (Tab.4).

Tabela n.º 4: Registo e venda

Tem registo de vendas por escrito		Vende a crédito		Prazo de pagamento		Já perdeu dinheiro com venda a crédito	
Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês
Sim	15	Sim	42	Em dia	1	Sim	23
				Atrasam até 10 dias	7		
Não	16	Não	7	10 a 30 dias	28	Não	2
				Mais de 30 dias	3		

De realçar que, das palaiês que fazem venda a crédito, todas recebem o pagamento em dinheiro. Nas compras à vista (pronto pagamento) todas pagam em dinheiro. Apenas uma palaiê faz compras a prazo e paga entre 10 a 30 dias, não sendo cobrado juros por esse período.

Ao nível das necessidades para desenvolverem o negócio no que concerne a crédito, todas as inquiridas responderam que necessitam de fundo maneio para o desenvolvimento dos seus negócios.

Já no que diz respeito à necessidade de desenvolver o negócio no que concerne ao mercado, uma grande parte das palaiês necessita de mais clientes, quatro disseram que se houvesse menor concorrência o negócio seria melhor, algumas têm necessidade de ter cliente com mais rendimentos duas gostariam que os fornecedores oferecessem menor preço, uma diz que devido a situação económica e financeira do país tornam o negócio menos rentável.

Também se questionava que outros aspectos seriam importantes para desenvolver o negócio, tendo a maioria das inquiridas apontado a redução do custo de transporte (Tab.5).

Tabela n.º 5: Necessidade para desenvolver o negócio

Quais são necessidades para desenvolver o negócio - mercado		Quais são necessidades para desenvolver o negócio - Outros	
Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês
Clientes com mais rendimento	3	Cursos / formações	1
Mais clientes	38	Mão-de-obra mais qualificada	0
Menor concorrência	4	Redução do custo de transporte	43
Melhores preços de fornecedores	2	Mais segurança	1
Melhoria na economia do país	1	Não quer se desenvolver	0
Menor dívida de cliente em atraso	0	Nada	3
Desenvolvimento do bairro	1	Não respondeu	1
Outros		Outros	0

4.5 Capacitação dos recursos humanos

Das 49 palaiês inquiridas 51% tiveram formação de capacitação e 49% não frequentaram qualquer formação. No que concerne à formação frequentada, a maioria frequentou formações na área de atendimento ao público e gestão de negócio. Quanto à capacitação através de formação, 98% das inquiridas mostraram interesse em frequentar cursos de capacitação, sendo 48,33% pretendem frequentar curso de capacitação em Gestão de negócios, 35% em Gestão de custo e 1,67% em outros cursos (Tab.6).

Tabela n.º 6: Formação/ Capacitação

Já participou em alguma formação		Formações realizadas		Tem interesse nos cursos de capacitação		Quais as áreas de interesse para capacitação	
Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês	Designação	N.º de Palaiês
Sim	25	Gestão de negócios	25	Sim	45	Gestão de negócios	29
		Administração de crédito/vendas a prazo	0			Administração de crédito/vendas a prazo	2
		Atendimento ao público	49			Atendimento ao público	4
Não	24	Gestão de custo	2	Não	1	Gestão de custo	21
		Vendas	0			Vendas	3
		Gestão de compras	0			Gestão de compras	0
		Outros	3			Outros	1

Na percepção do entrevistador depois do inquérito feito as palaiês da zona Sul de STP, pode-se dizer que 83,64% das inqueridas dizem que o negócio é viável, têm ideias em desenvolver essa mesma actividade e que precisam de ajudas diversas na concretização do

projecto do desenvolvimento. Essas ajudas podem ser através de concessão de microcrédito, microfinanciamento, formações em diversas áreas como gestão de negócios, administração do crédito, atendimento ao público, gestão de custos e dentre outras.

As palaiês inqueridas demonstram responsabilidades e demonstram capacidade empresarial, elas conhecem muito bem o negócio e a maioria já praticam esse negócio há mais de cinco anos num período diário de dez horas, mensalmente ganham oitenta a dez mil dobras e têm uma grande necessidade de ajuda uma vez que o crédito é uma variável indispensável para o desenvolvimento dos seus negócios.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

Com o objectivo de compreender o efeito na situação socioeconómica da população da comunidade de Porto Alegre que beneficiou de financiamento pela via de microcrédito, foram desencadeadas várias actividades e pesquisas, como a elaboração de entrevistas, conversas com a população e algumas entidades, um inquérito, entre outras. Com o resultado do estudo pode-se concluir que as palaiês da comunidade de Porto Alegre têm uma necessidade de capacitação em diversas áreas, pode-se afirmar que elas têm um bom domínio no desenvolvimento do negócio e que acham o negócio muito sustentável e lucrativo, elas têm uma necessidade de investimento.

Após o desenvolvimento deste trabalho, pode-se concluir que o microcrédito é uma das soluções mais viável para o empoderamento das palaiês e pescadores, conseqüentemente no desenvolvimento da comunidade de Porto Alegre, visto que, a maioria dos residentes dedica-se a actividade piscatória.

No âmbito de desenvolvimento da comunidade de Porto Alegre, constatou-se dois motivos para o financiamento na área da pesca nesta comunidade:

- a) A potencialidade da comunidade nesta área, o que faz com que a mesma seja uma das maiores comunidades piscatória de S. Tomé e Príncipe; e
- b) O resultado satisfatório do reembolso dos créditos concedidos à palaiês da comunidade e o melhoramento do negócio e de vida destas famílias.

Em suma, este trabalho contém dados precisos da comunidade de Porto Alegre que permitirá aos leitores e/ou instituições financeiras, o governo e entidades colherem informações para possíveis intervenções.

5.2 Limitações da Investigação

Durante a elaboração desta dissertação foram encontradas algumas limitações e dificuldades, como sejam:

- ✓ Aquisição de documentos de suporte para a elaboração da revisão bibliográfica, isto é, o acesso a livros e artigos relacionados com pesca, sobretudo em STP, o que obrigou à realização de um maior esforço no que tange à procura destas informações;
- ✓ Preenchimento do inquérito, foi muito difícil conseguir obter as informações das inquiridas, pelo facto das mesmas não gostarem de disponibilizar as informações

sem nada em troca. Foi necessário criar uma relação de amizade e de confiança com as mesmas, como por exemplo: comprar os pescados das mesmas, deslocar-se muitas vezes à comunidade para estar mais tempo com as mesmas, etc.

5.3 Futuras investigações

Com base nos resultados obtidos é possível concluir que o trabalho em estudo permitiu a recolha de dados para possíveis intervenções na comunidade de Porto Alegre, sobretudo, na área da pesca. Assim sendo, sugere-se a continuidade da análise da comunidade no que concerne à viabilidade de outro tipo de pesca, bem como outros métodos de financiamento.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, M. (2006). *O microcrédito: mais uma panaceia?* Dissertação Mestrado. Universidade Coimbra.
- Associação Industrial Portuguesa; Logistel, SA. (2004). *Estudo de Mercado de São Tomé e Príncipe*. AIP/CCI.
- Barañano, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. 1ª Edição. 2ª Impressão-Lisboa: Edições Sílabo.
- Barnes, C. (2001). *Microfinance Program Clients and impact*. Obtido de <http://WWW.usaidmicro.org/pubs/aims>.
- Barone, M. F., Lima, F. P., & Dantas, V. R. (2002). *Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária*. Obtido em 19 de Março de 2017, de www.comunitas.org.br/docs/CS-37Result_Selec.pdf: www.comunitas.org.br
- Berger, M., Goldmark, L., & Miller, T. (2007). *El boom de las microfinanzas – El modelo latino-americano visto desde adentro*. Sanabria, Editores.
- Bolnick, B. (1992). Moneylenders and informal financial markets in Malawi. *World Development*, 20(1), 57-68.
- Brau, J., & Woller, G. (2004). Microfinance: A comprehensive review of the existing literature. *Journal of Entrepreneurial Finance*, 9(1), 1-27.
- Caixa Geral de Depósitos (2014). *São Tomé Príncipe Oportunidade e Potenciais de desenvolvimento*. Lisboa.
- Caldas, E. (2003). Da experiência do Microcrédito à Microfinança. *Revista Diálogo Económico Local*, nº1.
- Cavalcante, A. (2002). *Programa de microcrédito no nível local: uma alternativa de política pública para ampliar as oportunidades de negócio dos micro e pequenos empreendedores formais e informais*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Escola da Administração de Empresas. São Paulo: Escola da Administração de Empresas S. Paulo.
- Direcção das Pescas (2015). *Relatório do Estudo de Seguimento de Especies Demersais da Zona Costeira de STP*. São Tomé e Príncipe.
- FAO/SFC/STP (2009). *Programa integrado de reestruturação da pesca, São Tomé e Príncipe*. São Tomé.
- Feldman, P., & Audretsch, B. (1999). Innovation in cities: Science-based diversity, specialization and localized competition. *European Economic Review*, 43(2), 409-429.
- Hudon, M. (2009). Should Access to Credit be a Right? *Journal of Business Ethics*, 84(1), 17-28

- INE, I. N. (2012). *IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012*. São Tomé e Príncipe: INE.
- Ledgerwood, J. (2000). *Sustaining Banking with the Poor: Microfinance Handbook. An Institutional and Financial Perspective*. Washington, DC: The World Bank.
- Littlefield, E., Morduch, J., & Hashemi, S. (2003). Is microfinance an effective strategy to reach the millennium development goals? *Focus Note, 24(2003), 1-11*.
- Lucas, R. (1988). On the mechanism of Economics Development. *Journal of Monetary Economics, 22(1), 3-42*.
- Maia, A. G., & Pires, P. S. (2011). Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. *Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review), 12(3)*.
- MARAPA, DP, & FAPP. (2017). *Caracterização das pescarias ativas na zona sul de São Tomé*. São Tomé: Projeto Kike da Mungu.
- Meyer, R. (2002). *Track Record of Financial Institutions in Assisting the poor in Asia*.
- Mody, P. (2000). *Gender empowerment and microfinance*. University of Washington, Washington DC, Working Paper.
- Morduch, J. (1999). The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature, 37(4), 1569-1614*.
- Mosley, P., & Rock, J. (2004). Microfinance, Labour Markets and Poverty in Africa: a study of six institutions. *Journal of International Development, 16(3), 467-500*.
- Moura, M., Bueno, R., Rocha, H., Muritiba, P., & Muritiba, S. (2009). *Uma análise dos fatores que afetam o comportamento ético dos agentes de microcrédito*. Moura, M., Bueno, R., Rocha, H., Muritiba, P. e Muritiba, S. Obtido de <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9056f756-a481-4f5b94da-3f9ed891ba03%40sessionmgr4001&vid=1&hid=420994da3f9ed891ba03%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4209>. http:
- Munck, L., & Borim-De-Sousa, R. (2009). Responsabilidade Social e Sustentabilidade Organizacional: a Hierarquização de Caminhos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável. *Revista Brasileira de Estratégia, 2(2), 185-202*.
- Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro. Uma visão integrada de gestão*. Texto Editores.
- Nieto, B. G. (2005). Antecedentes del Microcrédito. Lecciones del Pasado para las Experiencias Actuales. *CIRIEC Espanã Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, pp. 25-50*.

- Nieto, B. G. (2006). El Microcrédito: dos escuelas teóricas y su influencia en las estrategias de lucha contra la pobreza. *Ciriec Españã Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, pp. pp 167-186.
- Parente, S. (2002). *O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e económico*. (p. 94). Brasilia: Bndes.
- PRIASA. (s.d.). *PRIASA*. Obtido de www.priasa.org: www.priasa.org
- Psico, J. (2010). *Microfinanças solução para combate à pobreza?* Escolar Editora.
- Quick, B. (2003). Brasil: um Gigante Sustentado por Micro e Pequenos. *Revista Sebrae*, p. 26.
- Rallens, T., & Ghazanfar, S. (2006). Microfinance: recent experience, future possibilities. *The Journal of Social, Political and Economic Studies*, 31(2), 197-217.
- RDSTP, & PNUD. (2005). *Relatório Participativo do Distrito de Caué*. São Tomé e Príncipe: PSICO - Training Center.
- RDSTP, X. G. (2015). *Grandes Linhas da Agenda de Transformação do XVI Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. São Tomé e Príncipe.
- Rhyne, E., & Christen, R. (1999). *Microfinance enters the marketplace*. United States: Agency for International Development.
- Robinson, M. (2001). *The Microfinance Revolution: Sustainable Banking for the Poor*. The World Bank.
- Schreiber, J. G. (2009). *O Papel do Microcrédito no Combate à Pobreza: Avaliação do Impacto do Microcrédito sobre a Renda dos Microempreendedores, Clientes do Banco do Empreendedor*. Curitiba, Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Paraná.
- Sebrae. (2008). *Modalidade e Acesso ao Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo*. FGV. Obtido em 15 de fevereiro de 2017, de <http://www.sebrae.com.br>: <http://www.sebrae.com.br>
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, M. (2002). *O papel do micro-crédito e das micro-finanças como instrumentos de redução da pobreza*. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal,.
- Silvério, M. (2003). *Pesquisa de Marketing* (Vol. 11). Évora: Coleção Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de Évora.
- Snow, D., & Buss, T. (2001). Development and the Role of Microcredit. *Policy Studies Journal*, 29(2), 296-307.
- Soares, M. M. (2007). *O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília: BCB.

- Somavia, J. (2007). *Organization and responsibilities of the Social Finance Programme. Microfinance for decent Work.*
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, Dissertações, Teses e Relatórios.* Lisboa: Lidel.
- Vicente, G. (2002). *Sustainable Microentrepreneurship: The Roles of Microfinance: Entrepreneurship and Sustainability in Reducing Poverty in Developing Countries.* Obtido de www.gdrc.org.
- Von Pischke, J. D. (2002). Innovation in finance and movement to client-centered credit. *Journal of International Development, 14(3)*, 369-380.
- Wright, T., & Staw, B. (1999). Further Thoughts on the Happy - productive worker. *Journal of Organizational Behavior, 20(1)*, 31-34.
- Yunus, M. (2008). *O Banqueiro dos Pobres.* São Paulo: Ática.
- Yunus, M., & Jolis, A. (2000). *O Banqueiro dos pobres.* São Paulo: Ed. Ática.
- Yunus, M., & Jolis, A. (2005). *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países* (8ª ed.). São Paulo: Ática.

ANEXOS

Anexo nº 1: Guião da Entrevista

1. Por favor, faça a sua apresentação.

1.1. Seu nome:

1.2. Contacto tel: _____ email: _____

1.3. Qual é a entidade que representa?

2. Conhece o sector das pescas em S. Tomé e Príncipe?

2.1. Para si como funciona?

2.1.1. Que tipo de pesca é praticada em S. Tomé e Príncipe?

2.1.2. Quais são as comunidades piscatórias de S. Tomé e Príncipe?

2.1.2.1. Destas comunidades piscatórias qual é a maior?

2.1.3. Quais são as comunidades piscatórias do Distrito de Caué?

2.1.3.1. Destas comunidades piscatórias qual é a maior?

2.1.4. Que tipo de pesca é praticada no Distrito de Caué?

2.1.5. Como classifica a comunidade piscatória de Porto Alegre?

3. Como analisa o poder económico e financeiro das palaiês e pescadores da comunidade de Porto Alegre?

3.1. O que pode-se fazer para melhoria da vida dos mesmos?

4. Microfinanciamento é uma solução viável para melhoria de vida das palaiês e pescadores da comunidade de Porto Alegre?

4.1. Porquê?

5. Havendo uma instituição financeira disponível para financiar as palaiês e pescadores da comunidade de Porto Alegre, qual garantia se pode oferecer?

6. Com relação aos assuntos acima abordados tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar ou melhorar?

Anexo nº 2: Questionário



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO

MESTRADO EM GESTÃO

ÁREA FINANCEIRA

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDO DE VIABILIDADE DO MICROFINANCIAMENTO

O presente questionário servirá de suporte ao desenvolvimento de uma dissertação de Mestrado em Gestão – Especialização em Finanças, efetuada por Elizangela Barros Fernandes, a decorrer no âmbito de uma parceria estabelecida entre a Universidade de Évora (Portugal) e o Ministério de Educação, Cultura e Comunicação de STP. O trabalho visa estudar o impacto do Sistema de Microfinanciamento na área de Pesca na comunidade de Porto Alegre em São Tomé e Príncipe.

Para isso, precisava de alguns minutos da sua atenção, para me responder a algumas perguntas.

Parte I: Identificação/Caraterização

1. Respondente

Nome: _____ Sexo: _____ Idade _____

Estado civil: _____

Distrito: _____ Localidade: _____

Bairro: _____ Tel.: _____

2. Nome da Empresa: _____

2. Local de Actividade

Próprio Arrendado Cedido

Funcionamento: Integrado ao domicílio No domicílio, mas independente

Fora do domicílio: Em imóvel Em via pública

3. Tempo de Actividade

Menos de 6 meses de 6 meses a 2 anos

de 2 a 5 anos mais de 5 anos

Funcionamento diário: ____ horas

4. É Proprietário(a) deste negócio?

Sim Não

Só têm este único negócio: Sim Não

Sem escolaridade até 4ª Classe de 5ª à 8ª Classe
 de 9ª à 12ª Classe Superior

6. Tem uma Conta Bancária?

Não Possui Possui: () Corrente () Poupança

7. Qual é seu Média Mensal?

Não respondeu Não sabe
 menos de STD 3.000.000,00 de STD 3.000.001,00 a STD 5.000.000,00
 de STD 5.000.001,00 a STD 8.000.000,00 de STD 8.000.001,00 a STD 10.000.000,00
 mais de STD 10.000.000,00

8. Tem Controlo/registo de Vendas

Não Possui Possui: seja () a Vista () a Prazo () Ambos
Por escrito Sim Não

9. Tem Controlo/registo de Compras

Não Possui Possui: seja () a Vista () a Prazo () Ambos
Por escrito Sim Não

10. Tem algum colaborador(a) ou trabalhador(a)?

Sim Não Quantos do sexo: Masculino Feminino

11. Se tivesse mais dinheiro, investiria neste negócio?

Sim Não

Se a resposta for afirmativa, porquê?

Acredita no negócio É lucrativo Conhece bem o negócio
 Quer diversificar Pouca concorrência É a fonte de subsistência
 Outros _____

12. Alguma vez já recebeu o microcrédito para aplicar no negócio?

Não Sim [Se a resposta for afirmativa, com quem?

com bancos programa de microcrédito outros _____

13. Com que finalidade tomou o microcrédito?

Iniciar o negócio Reforçar o negócio Comprar motor de pesca Comprar canoa

Comprar rede Pagamento de dívidas outros _____

14. Solicitaria um novo microcrédito?

Sim Não Não sabe

Se a resposta for negativa, por quê?

Juros altos Medo de não poder pagar Não tem garantias
 Não gosta de dívidas

15. Qual foi o valor do microcrédito que recebeu?

Menos de STD 2.000.000,00 de STD 2.000.001,00 a STD 4.000.000,00

de STD 4.000.001,00 a STD 7.000.000,00 de STD 7.000.001,00 a STD 10.000.000,00

16. De que forma acordou a amortização do seu microcrédito?

Mensalmente Bimestralmente Trimestralmente Semestralmente

Quanto pagou em cada prestação: STD _____

17. Houve juros sobre o valor do microcrédito?

Sim Não

Qual foi a percentagem(%) _____

18. Foi-lhe solicitado algo como garantia?

Sim Não

O que foi:

Fiador/Avalista Bens do negócio Bens pessoais Imóvel

Automóvel Outros

19. Alguma vez tomou um microcrédito solidário, ou seja, em conjunto?

Sim Não

Se a resposta for negativa, por quê:

Não houve oportunidade Acha complicado É arriscado

Não se envolve com terceiros Outros: _____

20. Vende a crédito?

Não Sim

Se a resposta for afirmativa, os clientes:

Pagam em dia Atrasam: () até 10 dias () de 10 a 30 dias () mais de 30 dias

Já perdeu dinheiro com venda a créditos: Não Sim

Qual o meio de pagamento que recebe:

Cheque dinheiro Outros: _____

21. Como financia o seu negócio?

Receitas do próprio negócio Crédito de Fornecedores

Toma crédito em banco/financeira Parentes/amigos

Nas compras à vista usa:

Dinheiro Cheque Outros _____

Nas compras a prazo, tem para pagar:

até 15 dias de 16 a 30 dias de 30 a 45 dias

de 46 a 60 dias de 61 a 90 dias mais de 90 dias

Paga juros quando compra a prazo?

Sim Não

Se a resposta for positiva, quanto paga? _____

22. Capacitação (formação)

Já fez cursos de capacitação? Não Sim

Se a resposta for positiva, Quais?

Gestão de negócios Administração do crédito/vendas à prazo

Atendimento ao público Gestão de custos

vendas Gestão de compras Outros _____

Tem interesse em cursos de capacitação que ajudem no crescimento do seu negócio?

Não Sim

Se a resposta for positiva, Quais?

Gestão de negócios Administração do crédito

Atendimento ao público Gestão de custos

vendas Gestão de compras Outros

23. De que necessita para desenvolver mais o seu negócio?

Crédito

Fundo de maneio Compra máq./equip Capital misto

Pagar dívidas Reforma/ampliação Criar uma empresa

Trocar localização Diversificar actividade Informatizar

Comprar imóvel Outros _____

Mercado

Clientes com mais rendimento Mais clientes

Menor concorrência Melhores preços de fornecedores

Melhora na economia do país Menor dívida de cliente em atraso

Desenvolvimento do bairro Outros: _____

Outros

Cursos / formações Mão-de-obra mais qualificada

Redução de custo de Transporte Mais segurança

Não quer se desenvolver Nada

Não respondeu Outros: _____

PERCEPÇÃO SOBRE O NEGÓCIO (IMPRESSÃO DO ENTREVISTADOR)

Negócio parece viável

Cliente demonstra responsabilidade

Cliente demonstra a capacidade empresarial

Cliente comprometido com a empresa

Mostrou interesse pelo crédito

Observações:
